

**INSTRUÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**OFÍCIO CIRCULADO N.º 20198, DE 21 DE JANEIRO, DA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS**

O Ofício Circulado n.º 20198, de 21 de janeiro, divulgou a tabela de taxas de derrama municipal incidentes sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC), referente ao período de 2017, bem como o âmbito das respetivas isenções [↗](#).

**OFÍCIO CIRCULADO N.º 20199, DE 7 DE MARÇO, DA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES**

O Ofício Circulado n.º 20199, de 7 de março, identificou as principais alterações de cada um dos novos impressos da declaração Modelo 3 de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), resultantes das alterações ao Código de IRS introduzidas pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e pela Lei n.º 106/2017, de 4 de setembro [↗](#).

**NOTA INFORMATIVA, DE 12 DE MARÇO, DA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS**

A Nota Informativa, de 12 de março, esclareceu as condições aplicáveis aos pagamentos especiais por conta, relativos ao período de 2018, decorrentes da Lei n.º 10-A/2017, de 29 de março [↗](#).

**LEGISLAÇÃO:**

**LEI N.º 7/2018, DE 2 DE MARÇO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

A Lei n.º 7/2018, de 2 de março, criou o regime jurídico da conversão de créditos detidos sobre uma sociedade comercial ou sob forma comercial com sede no território português em capital [↗](#).

**LEI N.º 8/2018, DE 2 DE MARÇO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

A Lei n.º 8/2018, de 2 de março, (i) criou o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE), (ii) definiu a responsabilidade por dívidas tributárias dos administradores judiciais e titulares de órgãos de administração que exerçam essas funções no âmbito do RERE, do plano de revitalização homologado no âmbito do Processo Especial de Revitalização ou do plano de recuperação aprovado no âmbito do processo de insolvência e (iii) alterou o artigo 41º do Código do IRC e o artigo 78º-A do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado [↗](#).

**PORTARIA N.º 64/2018, DE 5 DE MARÇO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

A Portaria n.º 64/2018, de 5 de março, aprovou o novo modelo da declaração Modelo 40 (designado por Valor dos Fluxos de Pagamento) e respetivas instruções de preenchimento, para cumprimento da obrigação referida no n.º 4 do artigo 63º-A da Lei Geral Tributária [↗](#).

**LEI N.º 14/2018, DE 19 DE MARÇO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

A Lei n.º 14/2018, de 19 de março, alterou o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento, reforçando os direitos dos trabalhadores e alterando o Código do Trabalho [↗](#).